



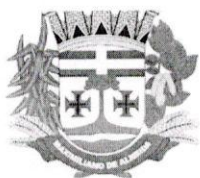
DISPENSA 72.2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E DOS VALORES DE REFERÊNCIA

1.1. Constitui objeto deste processo a Aquisição de equipamentos e acessórios odontológicos destinados à estruturação e melhoria dos serviços de saúde bucal do Município de Maximiliano de Almeida/RS, visando garantir maior eficiência e qualidade no atendimento à população, com pagamento realizado por meio de recursos oriundos do Programa Rede Bem Cuidar – Equipamentos Odontológicos. Para atendimento dessa finalidade, serão adquiridos os seguintes itens com os valores abaixo relacionados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	1	un	Refletor com LEDs Protetor Frontal-Removível, construído em material resistente e transparente, protege o sistema óptico contra aerossol Luz branca com três intensidades: 10.000, 20.000 e 30.000 LUX que seja compatível com cadeira Kavo.	2.390,00	2.390,00
02	2	un	Bandeja Auxiliar Giratória para Cadeira Odontológica – com no mínimo as seguintes características: Bandeja auxiliar prática e resistente, feita em plástico branco de alta durabilidade, com um sistema giratório e de fácil ajuste que encaixe em cadeira odontológica Kavo e Dabi. Dimensões:	390	780,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
			<ul style="list-style-type: none"><li>• Comprimento total (incluindo suporte de encaixe): 47,5 cm</li><li>• Comprimento apenas da bandeja: 36 cm</li><li>• Área interna útil: 31,5 cm (comprimento) x 29,5 cm (largura)</li><li>• Altura da borda interna: 1,8 cm</li><li>• Altura externa total: 3 cm</li><li>• Largura externa total: 30,5 cm</li></ul>		
03	2	Un	Laserterapia Laser Duo 660nm + 808nm - Portátil, com no mínimo as seguintes características: Caneta portátil com lasers 660nm e 808nm; 1 óculos profissional para proteção dos dois comprimentos de onda e 1 óculos de proteção para o paciente; manual de instruções; fonte de alimentação; carregador e Pulseira ILIB.	4.915,00	9.830,00
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>					<b>13.000,00</b>

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. 2.1. A contratação que ora se pretende realizar está integralmente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP em anexo, o qual detalhou minuciosamente os requisitos necessários e outros elementos pertinentes ao objeto, fazendo-se integral referência ao mesmo. Ademais, a presente contratação encontra amparo legal no disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de dispensa de licitação para contratações de pequeno





valor, observados os limites legais estabelecidos.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com critério de julgamento por menor **Preço Unitário**.

**3.2.** Para o fornecimento o município estará aberto ao recebimento de propostas.

### **4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**4.1.** Por se tratar de entrega imediata e sem geração de contrato formal, o servidor Rodrigo Piana será o responsável pelo recebimento, conferência da mercadoria e aceite definitivo dos itens fornecidos, garantindo a conformidade com as especificações técnicas e quantidades previstas.

### **5. CRITÉRIOS DE ENTREGA E DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado em até 30 dias da execução dos objetos mediante apresentação de nota fiscal.

**5.2.** Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

**5.3.** A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de Maximiliano de Almeida/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do contrato e nº do Processo, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

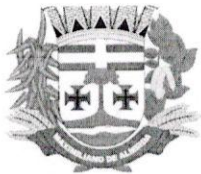
**5.4.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

**6.1.** Será adquirido do fornecedor que conseguir entregar os serviços conforme descrição pelo menor preço, desde que detenha os seguintes documentos de habilitação:

#### **Habilitação Jurídica:**

**a.1)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a



cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**a.2)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**a.3)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**a.4)** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**a.5)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**a.6)** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971.

**a.7)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**b) Regularidade Fiscal:**

**b.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b.2)** Cédula de identidade do(s) diretor(es) ou proprietário(s);

**b.3)** Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita federal do Brasil;

**b.4)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

**b.5)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante; e,

**b.6)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**c) Regularidade Trabalhista:**





**c.1)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), em seu prazo de validade.

**d) Qualificação Econômico-Financeira:**

**d.1)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

**e) Demais Documentos:**

**e.1)** Declaração Conjunta, assinada pelo proprietário ou representante legal, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública; que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021; que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista; que são verdadeiras as informações, estando ciente das sanções impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração; e, que se vencedora do processo licitatório, possui disponibilidade para realizar a entrega dos produtos no prazo previsto).

**6.2.** A documentação citada no item 6 deverá ser enviada juntamente com a proposta até o dia **03/09/2025** para o e-mail [licitacao@maximilianodealmeida.rs.gov.br](mailto:licitacao@maximilianodealmeida.rs.gov.br) ou entregue pessoalmente no Setor de Licitações do Município.

**6.3.** Caso não haja envio de propostas, poderá ser considerado o orçamento de menor valor enviado, desde que a empresa envie os documentos de habilitação dispostos nesse Termo comprovando sua aptidão para contratar com a administração pública.

**6.4. Critérios de Desempate**

**6.4.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) Preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 60, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições previstas na Lei Complementar nº 123/2006;



- b) Maior tempo de exercício de atividade relacionada ao objeto da contratação;
- c) Melhor avaliação de desempenho anterior, na forma de regulamentação própria, se existente;
- d) Sorteio, em ato público, com convocação de todos os empatados.

6.4.2. Para fins de comprovação do tempo de exercício e do desempenho anterior, a Administração poderá consultar documentos do processo ou solicitar informações complementares aos licitantes empatados, conforme a fase do procedimento.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** O valor total estimado para a contratação é de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), correspondendo às quantidades e valores unitários dos materiais descritos no Item 01 deste documento.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.** Fornecer todos os equipamentos odontológicos em conformidade com as especificações técnicas constantes do processo, devidamente novos, de primeiro uso, originais de fábrica e em perfeito estado de funcionamento.

**8.2.** Efetuar a entrega no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho.

**8.3.** Proceder à substituição de equipamentos ou acessórios entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração.

**8.4.** Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos adquiridos, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas ou vícios ocultos.

**8.5.** Assumir todos os custos com transporte, seguro, embalagem e descarga dos equipamentos até o local de entrega definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

**8.6.** Entregar, juntamente com os equipamentos, todos os manuais técnicos e certificados de garantia em língua portuguesa.

**8.7.** Manter durante toda a execução da obrigação a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme previsto na legislação aplicável.





**8.8.** Assumir integralmente a responsabilidade por eventuais danos que possam decorrer do transporte, manuseio ou uso inadequado dos equipamentos fornecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** São obrigações da Contratante (Município de Maximiliano de Almeida/RS):

**9.1.1.** Emitir a Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, que formaliza a aquisição e autoriza a entrega dos equipamentos odontológicos.

**9.1.2.** Realizar o recebimento, acompanhamento e conferência dos equipamentos entregues, por meio do servidor designado para tal função, a fim de verificar a conformidade com as especificações constantes no processo.

**9.1.3.** Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade constatada nos equipamentos entregues, determinando a substituição ou correção no prazo previsto neste processo.

**9.1.4.** Efetuar o pagamento dos equipamentos adquiridos, após o atesto do servidor responsável pela conferência, mediante apresentação da respectiva nota fiscal emitida pela Contratada.

**9.1.5.** Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à boa execução da obrigação assumida pela Contratada.

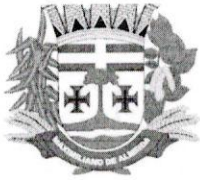
## **10. SUBCONTRATAÇÃO:**

**10.1.** Fica vedada a subcontratação, total ou parcial, para o fornecimento dos equipamentos odontológicos objeto desta contratação, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas perante o Município de Maximiliano de Almeida/RS.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**11.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 11.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta;
- 11.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 11.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste para a contratação direta. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.11, sendo que o percentual será aplicado de acordo com a gravidade da infração.
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**11.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **12. PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**12.1.** A Contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018 (LGPD), comprometendo-se a tratar eventuais dados pessoais acessados ou recebidos em razão da presente contratação de forma lícita, transparente e segura.

**12.2.** É vedada a utilização, transmissão ou compartilhamento de dados pessoais obtidos em decorrência desta contratação para finalidade diversa da execução do objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, conforme legislação aplicável.



**12.3.** A Contratada responderá integralmente por eventuais danos decorrentes de uso inadequado, tratamento irregular ou vazamento de dados pessoais a que tiver acesso.

### **13. SUSTENTABILIDADE**

**13.1.** A presente contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade previstos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, privilegiando práticas que minimizem impactos ambientais e incentivem o uso racional de recursos.

**13.2.** A Contratada deverá:

- Adotar embalagens recicláveis ou ambientalmente adequadas sempre que possível;
- Proceder ao correto descarte de resíduos gerados no transporte e na entrega dos equipamentos;
- Fornecer equipamentos que atendam às normas técnicas vigentes e priorizem eficiência energética, contribuindo para o consumo responsável de energia e recursos naturais.

**13.3.** O Município poderá exigir da Contratada a comprovação das práticas sustentáveis adotadas, quando cabível, para fins de registro e controle administrativo.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, decorrente da seguinte dotação:

*08.01. Secretaria Municipal de Saúde*

*1006 Reaparelhamento da Secretária de Saúde*

*44.90.52 Outros Materiais Permanentes*

*08.01. Secretaria Municipal de Saúde*

*2006 Manutenção dos Serviços da Saúde*

*33.90.30 Material de Consumo*

Maximiliano de Almeida, 29 de agosto de 2025.

Daiane Barancelli  
Secretária Municipal de Saúde